

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsner Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsner Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsner Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Acordo de Cooperação Técnico-científica celebrado entre a ALE/RR e a UFRR	2
	Atos Legislativos	
	Requerimento nº 0001/2013 - Comissão Especial	3
	Requerimento nº 046/2013	3
Requerimento nº 049/2013	4	
Ata da 4ª Audiência Pública da CPI da Telefonia	4	

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DAPRESIDÊNCIA: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Acordo de cooperação técnico-científica que entre si celebram a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e a Universidade Federal de Roraima.

Pelo presente instrumento, que tendo de um lado, a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, Órgão Público do Poder Legislativo Estadual, doravante denominada **ALE-RR**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 34.808.220/0001-68, com sede à Avenida Praça do centro cívico, 202, Bairro Centro, Município de Boa Vista, Capital do estado de Roraima, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**, RG nº. 16.565 SSP/RR, CPF nº. 034.484.102-25, residente e domiciliado em Boa Vista-RR, para todos os efeitos denominados ALERR, com a intervenção da ESCOLEGIS, neste ato representada pelo sua Presidente o Sra. **ANGELA ÁGUILA PORTELLA ALVES**, RG nº. 69.573 SSP/RR, CPF nº. 245.989.762-68 residente e domiciliada em Boa Vista-RR, designados INTERVENIENTES, de outro lado a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**, Fundação Pública Federal de direito privado, doravante denominada **UFRR**, criada pela Lei nº. 7.364, de 12 de setembro de 1985 e instituída pelo Decreto nº. 98.127 de 08 de setembro de 1989, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 34.792.077/0001-63, com sede à Av. Capitão Ene Garcez, 2413, Bloco IV, Campus do Paricarana, Aeroporto, no município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, neste ato representado por sua Reitora, Professora Dr. **GIOCONDA SANTOS E SOUZA MARTINEZ**, portadora do RG nº 151.605 – SSP/RR, CPF nº 714.430.374-00, nomeada pelo Decreto Presidencial em 28 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União na data de 29 de fevereiro de 2012, designados INTERVENIENTES, tem entre si justo e acertado o presente acordo de Cooperação Técnica, regido pelas seguintes cláusulas e condições.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

- 1.1. O presente Termo tem por objetivo estabelecer e regulamentar programas de cooperação técnica e acadêmica entre a UFRR e a ESCOLEGIS, nas áreas de interesse comuns.
- 1.2. O programa de cooperação aqui estabelecido e regulamentado será tão amplo quanto



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

for necessário ou desejável, incluindo a realização e estudos e pesquisas, consultorias, conferências, publicações, ministração de cursos e programas de treinamento, realização de estágios e quaisquer outras atividades julgadas de interesse ou de conveniência pelos partícipes.

- 1.3. Nas atividades relacionadas com os Cursos de Pós-Graduação (stritu sensu) deverá ser observada a legislação vigente na UFRR.
- 1.4. Os Projetos e atividades específicas que farão parte deste programa serão definidos em "TERMOS ADITIVOS", os quais se tornarão parte integrante do presente ACORDO, nestes se estabelecendo, na maneira mais detalhada possível, os objetivos específicos a serem atingidos, bem como o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos, tudo em conformidade com o art. nº 16 da LEI nº 8.666/93.
- 1.5. Poderão ser assinados tantos "TERMOS ADITIVOS" quanto forem os projetos e atividades considerados de interesse ou conveniência por ambos os partícipes, dentro do objetivo geral aqui definido, embora distintos, pela sua natureza, em função dos objetivos específicos a serem atingidos.
- 1.6. Estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades de interesses comuns;
- 1.7. Disponibilizar, fazer empréstimos de transporte, equipamentos de ambas as partes para melhoria das atividades e otimização dos serviços, mediante solicitação de uma das partes.
- 1.8. Inscrição nos Cursos da plataforma do Instituto Legislativo do Brasil - ILB e ESCOLEGIS serão condicionadas a pré-matricula autorizada pela ESCOLEGIS, que disponibilizará uma ficha de Inscrição, para todos os Docentes e Discentes da IFRR.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPES.



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- 2.1. As responsabilidades dos partícipes encontram-se descritas neste instrumento e serão complementadas nos "TERMOS ADITIVOS".
- 2.2. Os partícipes ganharão um ao outro o estabelecido neste ACORDO e em seus "TERMOS ADITIVOS", não assumindo quaisquer outras responsabilidades, salvo na hipótese de um partícipe ocasionar ao outro, por culpa, danos patrimoniais.
- 2.3. É responsabilidade de cada partícipe assegurar-se de que todas as pessoas designadas para trabalhar nos projetos e atividades previstas neste ACORDO e em seus "TERMOS ADITIVOS", conheçam e explicitamente aceitem todas as condições aqui estabelecidas e nos respectivos "TERMOS ADITIVOS".

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO ACORDO.

- 3.1. Os Coordenadores deste ACORDO serão designados de comum acordo entre os partícipes, cabendo-lhes supervisionar e gerenciar a execução dos trabalhos em conformidades com o previsto neste ACORDO.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS TERMOS ADITIVO.

- 4.1. Para cada projeto e atividade desenvolvidas dentro dos objetivos do presente ACORDO, será assinado um "TERMO ADITIVO", que descreverá, em detalhes, o referido trabalho.
- 4.2. A descrição de que trata o item anterior conterá, pelos seguintes subitens:
 - a) Justificativas e objetivos do trabalho, inclusive o plano de trabalho;
 - b) Nome(s) do(s) Executor(es) responsável (eis) pela supervisão e gerencia do trabalho;
 - c) Descrição das etapas do desenvolvimento do trabalho, com detalhamento dos resultados a serem apresentados ao final de cada etapa;
 - d) Prazos de execução dos trabalhos contendo as datas de início e término de cada uma das etapas.
 - e) Discriminação dos recursos humanos e materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho;
 - f) Requisitos técnicos, administrativos e de suporte necessários para o





ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICO-CIENTÍFICA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

- desenvolvimento do trabalho;
- g) Orçamento e fonte dos recursos e definição do índice de reajuste dos valores orçados, quando for o caso;
- h) Cronograma de desembolso dos recursos;
- i) Eventuais restrições de uso e divulgação de documentos, informações, programas, equipamentos e demais bens ou elementos postos a disposição dos participantes para a execução do Trabalho;
- j) Cláusulas específicas relativas a extinção, suspensão ou interrupção do trabalho estabelecido no "TERMO ADITIVO".
- k) Outros pormenores que se fizerem necessários para a perfeita execução do trabalho no "TERMO ADITIVO".

4.3. O "TERMO ADITIVO" só se tornará válido após aprovado pelos órgãos componentes e assinando pelos representantes legais dos participantes e pelos Executores dos trabalhos nele previsto.

4.4. A alteração de um "TERMO ADITIVO" só se fará mediante um outro.

4.5. A Extinção, suspensão ou interrupção do trabalho previsto em um "TERMO ADITIVO" não prejudicará os trabalhos de outros "TERMOS ADITIVOS".

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGENCIA, DENÚNCIA E RESCISÃO DO ACORDO.

5.1. O PRESENTE acordo terá a vigência de 03 (três) anos podendo ser prorrogado mediante termo Aditivo até o prazo máximo de 60 meses, a contar da data da assinatura.

5.2. Este ACORDO poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por vontade dos participantes ou de um deles, manifestada por escrito, com antecedência mínima de 30 dias e rescindindo por infração legal ou por descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste instrumento ou nos "TERMOS ADITIVOS".

5.3. No caso de rescisão, havendo pendências, ou trabalhos em execução, os participantes definirão, através de termo de encerramento de acordo, as responsabilidades relativas a conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e de todas as demais pendências.



ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICO-CIENTÍFICA

inclusive os empréstimos ou comodatos, aos direitos autorais e de propriedade dos trabalhos em andamento, bem como as restrições ao uso de bens e a divulgação de informações colocada à disposição dos participantes.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PROPRIEDADE DOS RESULTADOS.

6.1. Os resultados, as metodologias, os softwares e as inovações técnicas, privilegiáveis ou não de acordo com o Código de Propriedade Industrial/Lei de Software vigente e obtido em virtude da execução de atividade cobertas por Termo Aditivo serão, em proporções iguais, de propriedade comum das partes convenentes.

6.2. Cada um dos convenentes poderá, para fins de pesquisa e desenvolvimento, utilizar em benefício próprio esses resultados, metodologias, Software e inovação técnicas sem que seja obrigada a consultar a outra ou a pagar-lhe qualquer indenização ou recompensa.

6.3. As despesas cobradas pelos Órgãos Oficiais referentes a proteção dos direitos de propriedade intelectual, bem como as taxas referentes ao acompanhamento dos processos depositados em regime de copropriedade junto com esses órgãos, serão divididas entre os convenentes em partes iguais.

6.4. O licenciamento de terceiros para fins de industrialização e/ou comercialização de qualquer produto resultante de atividades cobertas por este termo aditivo, fica sujeita a aprovação, pelos convenentes, e suas condições. O rendimento líquido auferido deste licenciamento será distribuído entre eles, na proporção de seus direitos.

6.5. Caso um dos convenentes queira industrializar e/ou comercializar qualquer produto resultante direto de atividades cobertas por este Acordo e resultantes Termos Aditivos, fica acertado, desde já que eles se obrigam a firmar, previamente, instrumento específico, circunstanciado as condições de industrialização e/ou comercialização e de divisão de contrapartida financeira a ser obtida.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OUTRAS DISPOSIÇÕES.



ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICO-CIENTÍFICA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

7.1. Este Acordo não impede que os participantes realizem acordos semelhantes com outras entidades, observadas as restrições eventualmente feitas ao uso de bens e a divulgação de informações e as limitações impostas por direitos autorais e de propriedade.

8. CLÁUSULA OITAVA – FORO.

Para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Convênio, que não puderem ser resolvidas amigavelmente, fica eleito o foro da Justiça Federal em Roraima, com renúncia de qualquer outra por mais privilegiado que seja.

Assim os participantes assinam O PRESENTE Acordo, na presença das testemunhas abaixo identificadas, em 3 (três) vias de idêntico teor.

Boa Vista RR, de de 2013.

Prof. Dr. Gioconda Smithe e Souza Martinez
Reitora da Universidade Federal de Roraima

Dep. Francisco De Sales Guerra Neto
Presidente ALE-RR

Dep. Ângela Aguiar Portela
Presidente ESCOLEGIS

Testemunha:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

R.G.:

R.G.:



ATOS LEGISLATIVOS

REQUERIMENTOS

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA
RESOLUÇÃO Nº 020/13.

REQUERIMENTO Nº 001/13

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

A Deputada que a este subscreve, amparada no que determina o § 1º do art. 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer de Vossa Excelência prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial, composta pelos Senhores Deputados **Aurelina Medeiros, Célio Rodrigues Wanderley, Flamarion Portela, Marcelo Natanael e Remídio Monai**, destinada para analisar e emitir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 001/2013, que "Altera o art. 133 da Constituição do Estado de Roraima para determinar que os recursos incluídos na Lei Orçamentária Anual em decorrência da aprovação de emendas de autoria de Parlamentares serão de execução impositiva", de autoria Vários Deputados.

Sala das sessões, 21 de agosto de 2013

Aurelina Medeiros
Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL INTERNA CRIADA NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO Nº 024/12

REQUERIMENTO Nº 046/13

Excelentíssimo Senhor

Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente da Assembleia Legislativa/RR

Senhor Presidente,

A Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução nº 024/12 “**Para Analisar e dar Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 005/12**”. Composta pelos Senhores Parlamentares **Remídio Monai – Presidente, Joaquim Ruiz – Vice-Presidente; - Flamarion Portela Relator, e Membros: Gabriel Picanço, Jean Frank**, nos termos do § 1º do art. 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer, após ouvir o Plenário, prorrogação de prazo para seu funcionamento, por igual período.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2013

Dep. Joaquim Ruiz

Vice-Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AS COMISSÕES

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 003/12.

REQUERIMENTO Nº 049/2013

 Excelentíssimo Senhor

Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

 Senhor Presidente

O Deputado que a este subscreve, amparado no que determina o § 1º do art. 43, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requer de Vossa Excelência prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial Interna, que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 001/12, de autoria de Vários Deputados, que, “Altera e acresce dispositivos normativos à Constituição do Estado de Roraima, após ouvir o Plenário.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2013.

Flamarion Portela

Presidente

ATAS COMISSÕES

ATA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EM 21 DE JUNHO DE 2013

CRIADA NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 13 E 14/2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e treze, no Tribunal do Juri da Comarca de Bonfim, deu-se a quarta Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através das Resoluções nº 13 e 14/13, denominada CPI da Telefonia, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Senhoras e Senhores, bom-dia. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberta a Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos das Resoluções nº 13 e 14/13, com o objetivo de investigar a responsabilidade por danos ao consumidor pela prestação inadequada de serviços de telefonia móvel, fixa e INTERNET, oferecidos através das operadoras que atuam no Estado de Roraima.

Convido para compor a Mesa dos trabalhos a Excelentíssima Senhora Prefeita do Município do Bonfim, a Senhora Lisete Spies; o Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município do Bonfim, Jonas Chagas; a Senhora Presidente da Câmara dos Vereadores do Bonfim, Cleudimar dos Santos e o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bonfim, Vereador Zacarias Advino.

Convidamos a todos os presentes para que, de pé, cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(Hino Nacional).

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Neste momento, quero cumprimentar a nossa querida Prefeita Lisete Spies; cumprimentar também o senhor Vice-Prefeito Jonas Chagas, nosso irmão; cumprimentar o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vereador Zacarias, nosso amigo, cumprimentar também nosso Vice-Presidente da CPI, Deputado Erci de Moraes, Deputado Brito Bezerra e Deputado Ivo Som, que fazem parte desta CPI da Telefonia; e a

todos que estão acompanhando esta Sessão, Tuxauas, servidores públicos, cidadãos do Município que vieram aqui participar desta Audiência Pública.

Prefeita, esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada, capitaneada pela União Nacional dos Legislativos Estaduais e Legisladores, que compõem mais de mil Deputados Estaduais. É uma entidade que participa ativamente da política brasileira em razão das inúmeras reclamações dos usuários de telefonia junto aos órgãos de defesa do consumidor. Então, houve um requerimento assinado no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados para a instalação de uma CPI naquela Casa, que teve número de assinaturas necessárias, mas já se passaram alguns meses e a Presidência da Câmara ainda não instalou essa CPI. Em razão disso, a UNALE, depois de diversas reuniões, percebeu a necessidade em se criar um instrumento para se fazer um diagnóstico da telefonia, da internet, não só a telefonia móvel, mas também, a telefonia fixa em nosso País, em razão de milhões de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor, nas ações protocoladas nos judiciários, para que o cidadão tivesse um instrumento para tentar reverter esta situação. No momento, temos quatorze CPIs instaladas no nosso País. Então, estas são as razões para se instalar uma aqui. Neste momento quero agradecer a gentileza e a forma carinhosa com que a senhora e sua equipe nos receberam, a todos os membros desta CPI, e inicialmente eram estas nossas palavras.

Agora, vou fazer uma apresentação de uns slides que tem algumas informações importantes da situação atual da prestação de serviços das operadoras de telefonia em todo o País.

(Apresentação dos Slides).

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Senhoras e senhores, esta CPI, tem por objetivo desmistificar o que as operadoras dizem aos quatro ventos, que a telefonia no Brasil atende às necessidades da população. Então, a gente precisa saber se aqui no Bonfim a telefonia está funcionando a contento. Por isso viemos aqui. Viemos aqui para saber, Prefeita, Vice-Prefeito, se tem algum problema nas ligações telefônicas. A Internet funciona aqui? Gostaria de saber se na comunidade do Manuá, que tem seu Tuxaua presente nesta reunião, se tem telefone, e se tem, provavelmente um orelhão, se está funcionando? Se fica fora do ar por quanto tempo, por quantos dias? É isso que precisamos saber, e ninguém melhor que a própria comunidade, seus representantes, os Vereadores para falar sobre isso. Por isso estamos realizando audiências públicas no interior do Estado. Já pegamos depoimentos de diversas autoridades do Estado, lá na CPI da Assembleia Legislativa, e agora estamos indo ao interior. Já estivemos em Rorainópolis, São João da Baliza, juntamente com São Luís do Anauá e Caroebe. Estivemos também em Caracaraí e Iracema com os representantes desses Municípios e com a comunidade que participaram dessas audiências públicas e hoje estamos aqui para ouvi-los. Convidamos também os representantes de Normandia. O Prefeito Jairo conversou com o Deputado Erci e prometeu que estaria aqui hoje juntamente com alguns Vereadores. Não sei o que aconteceu, o que o impediu de vir, provavelmente algum problema na estrada, mas gostaríamos de saber a realidade da situação da telefonia naquele Município. Então, nosso objetivo é esse, ouvi-los. Temos ali na entrada uma servidora da CPI que estará coletando as observações, as críticas ou os elogios sobre a telefonia. Portanto, podem se inscrever lá que tentaremos responder sua pergunta. Neste momento, daremos prosseguimento aos trabalhos, ouvindo a Senhora Prefeita Lisete Spies.

A Senhora Prefeita Lisete Spies - Bom-dia a todos. É uma satisfação neste dia estar junto com essas autoridades, como o Deputado Chagas, que está presidindo esta CPI, Deputado Erci de Moraes, nossa Presidente Cleudimar e o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Deputado Ivo Som, Deputado Brito, meu Vice-Prefeito Jonas Chagas, Secretários Municipais, autoridades, tuxauas, Senhor Edmundo, Senhor Márcio e demais presentes que se encontram neste recinto para participar desta discussão em favor dos benefícios que temos direito como cidadãos. O que foi apresentado pelo Coronel Chagas, de fato, acontece e é uma situação real no nosso Município. No Município de Bonfim, hoje, Deputado Coronel Chagas, a telefonia fixa é muito precária. Para começar, desde que assumimos a Prefeitura até hoje, não temos um telefone fixo para atender ao Conselho Tutelar, por determinação judicial. Dentro da Prefeitura, não temos um telefone fixo ainda, já pagamos, nosso Secretário de Finanças está presente. Desde que ganhamos as eleições, já fomos várias vezes à OI, parcelamos as dívidas e pagamos. Solicitamos linha de telefones, pois as secretarias têm necessidade, a Prefeitura, e até o momento não temos um telefone fixo dentro da Prefeitura. Então, isso nos chateia, nos constrange,

pois temos necessidade de utilizar desses serviços e para isso estamos usando nossos telefones pessoais, gastando do nosso bolso para fazer ligações que dizem respeito ao trabalho e aos problemas da Prefeitura. Já fizemos documento e ameaçamos procurar o PROCON, porque essa é uma situação muito séria, inclusive atingindo também às comunidades indígenas. Estão aqui presentes os tuxauas que podem confirmar a situação dos telefones das comunidades indígenas. Semana passada, estive em Manuá e o telefone não estava funcionando. Ontem fui à Alto Arraia e o telefone só recebe ligação. Estive no São Francisco ontem também, convidando as pessoas para participar dessa audiência, que é muito importante para nós, e o telefone também não estava funcionando. Realmente, essa audiência de hoje é muito importante, pois nosso Município está sem comunicação. Desde 2005, foram solicitados alguns orelhões para as comunidades do Apu, Marupá e outras cinco comunidades. Dessas sete, somente três foram atendidas durante esses anos todos. Então, estamos no momento correto de tomarmos uma atitude e vocês estão de parabéns por esse trabalho e estamos aqui para apoiá-los para ver se juntos poderemos alcançar nossos objetivos, de melhorar o sistema de telefonia. Não é diferente também as dificuldades do telefone móvel, pois nossa antena é de pouco alcance, no máximo de três quilômetros. O telefone móvel pega melhor na Guiana do que no Brasil, por incrível que pareça. Eu mesma, fui vítima de cobranças indevidas de ligações internacionais que não fiz, em mais de trezentos reais. Quando ameacei na TIM que iria para a justiça, imediatamente eles reduziram minha conta, mas todas as vezes tinha que ir lá, até que consegui efetuar o bloqueio internacional e até que enfim não estão mais estas ligações. Enfim, acho que estamos aqui para apoiar e para ajudar a Assembleia no que for necessário. Podem solicitar qualquer tipo de informação que nós lhes forneceremos. O Município do Bonfim está de portas abertas para esse tipo de atitudes, pois é nosso interesse também participar desses eventos, principalmente porque estamos na fronteira e temos muitas dificuldades em relação à segurança, e a telefonia é primordial, deve andar junto com a segurança, pois temos hoje muitos assaltos, roubos e outros tipos de infrações que são atravessados para a Guiana e precisamos usar o telefone de forma emergencial. Não conseguimos fazer contato com a Polícia Civil, nem com a Polícia Militar e muito menos com a Polícia Federal. Então, é isso, minha gente. Obrigada pela oportunidade. O momento agora é para falarmos sobre a telefonia e estamos à disposição para qualquer esclarecimento. Obrigada pela presença de vocês e sintam-se acolhidos sempre em nosso Município, pois é uma honra tê-los aqui com a gente.

O Senhor Vice Prefeito do Município do Bonfim, Jonas Chagas – Bom-dia a todos e a todas aqui presentes. Quero cumprimentar a Mesa; os Senhores Deputados: Coronel Chagas, Deputado Erci de Moraes, Deputado Brito Bezerra, Deputado Ivo Som; Prefeita Lisete; Presidente da Câmara dos Vereadores; Cleudimar Brito, meu amigo Zacarias, Vice-Presidente da Câmara dos Vereadores; senhor diretor do PROCON/ALE, Dr. Lindomar; servidores da Assembleia que aqui se fazem presentes neste momento. Quero cumprimentar os secretários, na pessoa do Professor Mozart, e aos demais da plateia, em nome do irmão Esterli. Obrigado pela presença de todos. Quando se fala na telefonia em Bonfim, é um problema. Aqui, para conseguirmos uma ligação no telefone móvel é muito difícil. Se nós todos resolvermos ligar agora, só dois ou três conseguirão comunicação, o restante não consegue. Por várias vezes, tento falar com o Secretário Nazareno e não consigo. Só quando ele está em Boa Vista, porque é muito difícil ligar dentro do Município. A cobertura da TIM é fraca, porque deveria dar cobertura em todo o Município e não somente na sede. A cobertura mal dá conta da sede, quanto mais no Município todo. Neste momento, agora aqui, não estou recebendo ligação. De vez em quando chegam algumas mensagens dizendo que alguém me ligou. Então, a TIM está precária e no Município só temos a TIM e temos que ver como podemos cobrar deles essa melhor cobertura, não só a questão da cobertura da sede do Município, mas também para as vilas e comunidades indígenas. Quando a TIM veio para prestar o serviço no Bonfim, não significa que é só a sede. O Bonfim é muito extenso, engloba a Vila Vilena, Vila São Francisco, a comunidade do Maruá, Nova Esperança e todos necessitam de telefone móvel e o serviço da operadora está bastante precário. A gente que viaja para outros estados, anda, às vezes, no meio do mato e consegue fazer ligações. Se ficar no prego no meio da estrada, tem como pedir socorro. Aqui não temos isso. Em relação aos telefones fixos, vou falar da Vila São Francisco. Lá temos seis orelhões, fora alguns convencionais de residências e,

quando o dia fica nublado, eles não funcionam, é muito difícil conseguir uma ligação. Acho que telefone fixo lá funcionando é coisa rara, raramente funciona o da CER. Então, isso é muito difícil e quando esses telefones ficam sem sinal, passam de dois dias sem funcionar. O Bonfim é muito extenso e além de não ter telefonia móvel no interior, não temos também o telefone fixo para dar assistência à população. Então, a situação do Bonfim é muito difícil, pois ficamos impossibilitados muitas vezes, de trabalhar dessa maneira. Nas comunidades indígenas, a situação é a mesma. Há pouco tempo colocaram um telefone no Alto Arraia, mas não funciona; colocaram um no Pium e tem que ligar umas trintas vezes para conseguir uma ligação. Falo isso porque tenho transporte na região e por várias vezes acontece alguma coisa com o transporte ou eles têm alguma necessidade para pedir socorro e têm que mandar mensagens através das pessoas que passam por lá. Só assim é que ficamos sabendo, e isso atrasa o serviço e o socorro, caso ocorra alguma eventualidade. Portanto, esse é um pedido, uma indignação para quem mora no interior do Bonfim. A telefonia no Município é muito precária. Vou deixar minha indignação para a OI e a TIM. Obrigado a todos.

O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas – Quero registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Rhomer de Souza, ex-Prefeito do Município do Bonfim, nosso amigo, e dizer-lhe da satisfação em tê-lo aqui. Com a palavra a Presidente da Câmara dos Vereadores, Vereadora Cleudimar.

A Senhora Presidente da Câmara do Município de Bonfim – Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aos membros da Mesa, ao meu amigo, Deputado Ivo Som, de longas datas, meu amigo Vereador Zacarias, Deputado Erci de Moraes. Tenho a honra de fazer parte do mesmo grupo político que Vossa Excelência, visto que nossos partidos se uniram. Gostaria de cumprimentar o Deputado Coronel Chagas e parabenizá-lo por estar à frente dessa louvável iniciativa, que é mais um ato para reivindicar direitos. Cumprimentar também nossa Prefeita que desde o início de seu mandato deixou claro e livre para as pessoas reivindicarem seus direitos; cumprimentar também o Senhor Deputado Brito Bezerra, nosso Vice-Prefeito e sejam todos muito bem-vindos ao nosso Município. Estou acompanhando todos os dias as manifestações e hoje achei interessante o depoimento de uma senhora que levou os filhos menores para participar das manifestações, pois ela já havia participado do movimento das “Diretas Já” e do impeachment do Collor. O que nós estamos fazendo aqui hoje é uma manifestação, sem quebrar, sem brigar, mas uma audiência pública é mais uma forma de reivindicarmos nossos direitos. Não estamos na rua, mas estamos reivindicando nossos direitos. Estou tendo que explicar para minhas crianças em casa o que está acontecendo no Brasil, que temos direito a reivindicar nossos direitos, mas podemos fazer isso sem violência, sem depredação. Acredito que os Deputados que estão aqui vão fazer suas considerações das audiências para apurar os serviços de telefonia no Estado e vai ter resultados positivos, pois é inadmissível essa falha de comunicação, essa falta de comunicação por telefone no nosso Estado. Quando preciso falar com a comunidade do Apu, Jacamim, não consigo. O mesmo direito que nós temos, aquele cidadão que mora bem longe também tem. Então, o que o Brasil está pedindo hoje é direito igualitário para todos. Não importa a distância, não importa onde você esteja, é direito do consumidor. Afinal, todo e qualquer consumidor no Brasil paga imposto. Portanto, quero parabenizar a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado, que mesmo vendo as manifestações contra os políticos e os partidos no Brasil, está aqui reivindicando nossos direitos. Gostaria de dizer que todas as manifestações surtem efeito. Acredito grandemente que apesar do prejuízo material que o Brasil está tendo, estas manifestações populares surtirão efeitos, já estão surtindo. Nosso gigante, nosso Brasil, tem que acordar, já está acordando, pena que de forma violenta, mas está. Trago também essas discussões para nosso Município. Hoje nosso Município tem que acordar, não fazendo manifestações desordeiras, mas temos reivindicações seríssimas que chegam à nossa Câmara, de situações que não estão dentro da nossa fiscalização como, por exemplo, estradas que não prestam, há anos. Temos estradas que foram reformadas quando nosso Prefeito Rhomer fez a reforma. Há quanto tempo atrás isso? Então, as pessoas dependem das estradas, dependem de uma melhoria na saúde, na educação e a gente como Legislador desse Município se junta com a Prefeita e descobre que não é da nossa instância, é federal, é estadual, mas as pessoas não entendem isso, elas simplesmente colocam todas as responsabilidades em cima dos gestores municipais e não é bem assim. Então, gostaria de dizer a todos que concordam com essas manifestações e por isso estou

participando dessa audiência. Já ouvimos algumas pessoas da comunidade dizendo que hoje à tarde vai ter manifestação na nossa cidade. Não sei quais são as reivindicações que eles fazem, mas, o que oriento é que manifestação tem que saber fazer e não pegar o exemplo do que estão fazendo no nosso País com relação à violência. Vou pedir cordialmente que o Deputado Coronel Chagas nos mantenha informados sobre o resultado dessas audiências, como essas empresas de telefonia poderão resolver nosso problema, mas gostaria de dizer também que nosso Município tem outras reivindicações e outras necessidades e gostaria que a Comissão tomasse conhecimento desses outros problemas que nós atravessamos. Temos problemas que, se formos relatar aqui, esta audiência não termina hoje. Só com relação ao escoamento de produção, que é o que garante o alimento das famílias, não temos estradas boas para isso, não temos tecnologia na área agrícola. As roças hoje não têm tecnologia, e isso é um direito dos lavradores. Então, gostaria que os Deputados observassem que a população está pedindo muito mais, vai além do telefone. Quando há reclamação e quando a população se manifestar quanto à tarifa de ônibus, é só uma desculpa, mas por trás disso têm muitas outras reivindicações. A energia do nosso Estado, por exemplo, é precária. Como resolver essa questão da energia no nosso Estado? Ninguém fez ainda nenhuma audiência no Bonfim nem no Estado sobre energia. Temos queda de energia que queimam nossos eletrodomésticos e as pessoas dizem que o problema é federal, porque a energia vem de Guri. Por isso abrimos o questionamento não só para a CPI da telefonia, mas sim para todos os anseios da nossa população, pois é um direito de todos, mesmo que tenhamos nossos deveres, mas é direito de todos. Gostaria de deixar claro que a Câmara dos Vereadores está aberta para manifestações, discussões de qualquer natureza. Temos procurado trabalhar com transparência, nossa Casa não tem posicionamento contrário ao trabalho da nossa Prefeita. Todos os projetos até então foram aprovados, discutidos de forma pacífica e tranquila. Obrigada pela oportunidade e pela presença de todos.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara do Bonfim – Vereador Zacarias – Bom-dia a todos, estou grato e feliz de ver a comunidade do Município do Bonfim aqui presente e tenham a certeza que merecemos isso. Gostaria de cumprimentar o senhor Deputado Coronel Chagas, meu amigo há muito tempo; Vice-Prefeito Jonas e a nossa Prefeita do Município, que é a mãe do Bonfim. Cumprimentar também o Deputado Erci de Moraes, Deputado Ivo Som, a Presidente da Câmara, Vereadora Cleudimar e aos demais amigos que se encontram aqui. Em nome do povo do Bonfim e não apenas em nome das comunidades indígenas, gostaria de relatar esse sofrimento com o serviço de telefonia. Se aqui na sede do Município eles já sofrem, imaginem lá onde a gente mora, nas áreas indígenas. A gente não consegue fazer uma ligação, com certeza, trabalhamos com mais de dois mil indígenas que precisam de atendimento durante todo o dia e a noite e não temos nenhuma comunicação para resolver esses problemas. É preciso que se traga uma solução rápida para isso. Vejo isso no Manuá, no Moscou, Alto Arraia, Pium, Jacamim, regiões onde esses telefones não funcionam. Tem dias que só conseguimos receber ligações, e há dias que nem isso é possível. Já aconteceu de passarmos meses e meses sem poder usar telefone. Com certeza, nosso Deputado irá nos ajudar e falará por nós, dirá que realmente estamos precisando de ajuda. Torcemos para que lutem por nós, que não nos esqueçam. É esse o pedido das áreas indígenas, pois um dia vocês também podem precisar da gente. Aqui da sede do Município, para fazermos uma ligação para Boa Vista é muito difícil, tem dia que consegue, outro, não. Então, esse é nosso apelo, de todos os munícipes do Bonfim. Elegemos representantes para falar por nós, para dizer que precisamos de uma situação melhor nas nossas comunidades. Nosso pedido não é só para a telefonia, mas, também, para as estradas, se não tiver estradas, não temos saúde, se não tiver saúde não tem escola, pois precisamos da estrada para fazer o transporte das pessoas e já que os Deputados estão aqui, vamos reivindicar nossos direitos. O povo está nos cobrando e a gente está cobrando dos Deputados, que irão cobrar do Governador, que vai cobrar da Presidente. Esse é nosso trabalho. Com certeza fico feliz e grato pela iniciativa dos Deputados em trazer esse tipo de audiência para cá, para o povo saber que é nosso direito, que precisamos. Tem alguns Deputados que esquecem do povo que confiou neles e não é isso que estamos vendo hoje, pois vocês estão aqui, e é isso que a gente quer, que vocês venham colocar para o povo como funcionam as coisas. Estou feliz de estar aqui representando o povo e reivindicando nossos direitos. Agradeço a presença de todos os que estão aqui e daqui em diante vamos lutar pelos nossos direitos. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Obrigado, Vereador Zacarias, suas palavras trazem preocupação, principalmente por você representar as comunidades indígenas na Câmara dos Vereadores e sabe realmente o que acontece não só com relação à telefonia móvel, mas também com a fixa que nas comunidades do interior deve ser um problema bem sério. Quero cumprimentar e registrar a presença do Dr. Roberto, nosso amigo, gerente da CER; o Reumar, Secretário de Obras; a Zilair Peixoto, que é chefe de gabinete da Prefeita; o irmão Esterli, chefe do setor de transportes da garagem do Município. Cumprimentar também o Secretário Municipal de Educação Mozart. A todos o nosso abraço. Cumprimentar e agradecer a presença de uma representante da TIM, Dra. Marli, que está acompanhando a audiência, como observadora. Com certeza, está anotando as reclamações e gostaria de parabenizar a TIM por ter mandado um representante, pois oficiamos a todas as operadoras do Estado, encaminhando nossa agenda de atividades, não só das audiências, mas também das oitivas que já realizamos e que vamos realizar. Então, dra. Marli, nosso objetivo é melhorar o serviço, e, com certeza, a senhora tem acompanhando que em todas as localidades que fomos, há reclamações. Muito bem, temos pessoas inscritas e algumas perguntas que foram encaminhadas para nosso relator ad hoc, Deputado Brito Bezerra. Vamos chamar os dois inscritos e após, passaremos a palavra aos Deputados para que possam fazer suas manifestações.

O primeiro inscrito é o Senhor Francisco Pereira da Silva.

O Senhor Francisco Pereira da Silva – Bom-dia a todos, e em especial ao senhor Deputado Coronel Chagas, Deputado Erci de Moraes, nosso amigo Deputado Ivo Som, nossa Prefeita, Vice-Prefeito e aos demais presentes. O que tenho a dizer, como usuário da única operadora de telefonia móvel do nosso Município, que é bastante louvável a atitude da Assembleia Legislativa em estar proporcionando oportunidade a toda a população do Estado de Roraima, pois não é só o Bonfim que está sendo agraciado com este grande trabalho que os senhores estão prestando à comunidade, mas todos os municípios, e dizer que no nosso, a operadora Tim tem trazido grandes prejuízos aos consumidores que dela dependem, prejuízos financeiros, constrangimentos, serviços que são colocados em nossos telefones sem a nossa autorização, antena que passa dias e dias sem sinal e a gente perdendo nossos créditos, causando transtornos a nossa população, levando alguns usuários a acionarem a operadora na justiça. É um direito do cidadão cansado e estressado de procurar seus direitos na justiça contra a operadora, pois a operadora, infelizmente, não dá a resposta para nossos consumidores. Portanto, parabéns a Assembleia Legislativa por estar proporcionando a nós as respostas que tanto pedimos à operadora. Quero dizer aos senhores que os trabalhos que vocês estão realizando com esta CPI, é como se diz no popular, “é cutucar onça com vara curta” e “bater em cobra grande”. Sabemos que o trabalho vai ser árduo, e espero que façam um trabalho seríssimo que venha a trazer de fato benefícios para nós, população do Estado de Roraima. Obrigado, e pode ter certeza que o povo do Bonfim estará ao lado da CPI para esclarecer os problemas que vêm ocorrendo com as operadoras móveis e fixas do nosso Estado.

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Obrigado, Francisco. Com certeza, juntos trabalhando, como falou a Vereadora Cleudimar. Esta é uma oportunidade de fazer também manifestação. Essa onda de democracia e cidadania que está acontecendo no nosso País, se soma também aos nossos esforços aqui.

Agora está inscrito o Senhor Oscar Brash, Secretário de Administração do Município do Bonfim.

O Senhor Oscar Bresh, Secretário de Administração do Município do Bonfim – Bom-dia a todos, gostaria de agradecer a oportunidade e cumprimentar a mesa, em nome da nossa Prefeita Lizete, e os nobres Deputados, em nome do Coronel Chagas. Também dar um bom-dia a todos e, na verdade, as minhas palavras aqui vão ser bem curtas, para tentar não somente justificar, mas, ao mesmo tempo, fazer uma crítica e uma sugestão, já que estamos aqui tratando de uma Comissão Parlamentar de Inquérito relativa à situação da telefonia. O que temos a dizer e temos observado e o que todos sabem, mas que eu ainda não vi comentar aqui nesta questão, é sobre a falta de estrutura das operadoras em atender a comunidade. Estrutura, de que forma que nós falamos? Por exemplo, a operadora TIM, que é a única operadora de telefonia móvel que temos aqui, não tem uma única sala, uma representação onde a sociedade pode chegar e levar sua reclamação ou sua sugestão. A OI, que é a nossa operadora de telefonia fixa, também não tem nenhum lugar no Município que se possa assim dizer, um

comércio, lá na esquina que seja, para se comprar os cartões e trazer para vender no Bonfim. Nós não temos mais isso. Não adianta colocarmos telefones, orelhões se não tem como as pessoas comprarem os cartões de telefone. A maioria das pessoas do interior, quando ligam para qualquer outro lugar quando precisam, vão ter que fazer uma ligação a cobrar, porque não se acha cartões para vender. Você pode procurar em todos os comércios aqui do Bonfim, e se não tiver um comerciante com bastante dinheiro sobrando para ir à Boa Vista comprar cartões à vista e chegando aqui, colocar cinco centavos em cima de um cartão para disponibilizar, a comunidade não tem esse serviço. Então, aproveitando essa situação, nós gostaríamos de criticar e ao mesmo tempo, trazer uma sugestão para que essas operadoras coloquem um lugar onde se possa reclamar, dar sugestões e ao mesmo tempo ter o resultado daquilo que se procura.

Era isso que eu tinha para falar. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Quero parabenizar o Oscar, que trouxe um ponto interessante a esta CPI, a dificuldade do cidadão em registrar sua reclamação, e tem que se sujeitar a ligar para os call centers, mas também não adianta, pois nunca se consegue fazer uma ligação para um amigo, ou para a família, imagina fazer uma ligação para um call center. Quer passar 20, 30 minutos, a ligação caindo todo tempo. Então, realmente, é um ponto interessante e temos, com certeza, que incluí-la no nosso relatório. E outro ponto, a questão da dificuldade dos usuários para comprar cartão de telefonia móvel e também para os orelhões. Acho que aí está faltando até mesmo essa ação da própria operadora, até para vender mais. Até nesse ponto a gente está vendo que estão pecando. Então, parabéns pelas suas colocações.

Agora com a palavra o Senhor Rhomer de Souza – ex-Prefeito do Município do Bonfim.

O Senhor Rhomer de Souza Lima, ex-Prefeito do Município de Bonfim – Bom-dia a todos, gostaria de cumprimentar a Mesa, Deputados Chagas, Erci, Ivo Som, Brito, nossa Prefeita, Presidente e vice- Presidente da Câmara, corpo técnico da Assembleia Legislativa, Senhores, Senhoras e autoridades aqui presentes. Na verdade, quero parabenizar a iniciativa da Assembleia por se sensibilizar com o sistema de comunicação, não só nos Municípios, mas no Estado, e particularmente no nosso Município, porque temos uma dificuldade imensa na questão da comunicação, principalmente na telefonia móvel. A operadora TIM, que é a responsável pelo Município, tem de certa forma prestado um serviço de forma precária que vem atendendo pouco a demanda. A situação de comunicação é muito ruim. Tem dia que a gente pega um aparelho e vai para debaixo da torre e não tem sinal. Às vezes, num dia só, entram 20, 30 mensagens de uma só vez. Então, são fatos que denotam a precariedade e deficiência do sistema operacional aqui. Não sei se é por conta da capacidade dos equipamentos que não suprem a demanda existente, ou qual a fundamentação, já que está aqui a representante da empresa. Talvez ela pudesse, pelo menos, deixar alguma informação para que a sociedade não ficasse tão aflita, porque em outros momentos já houve várias representações na Comarca contra a operadora em razão desses danos, desses prejuízos que vem nos causando. Só na minha família, tem seis aparelhos desta operadora e para a gente se comunicar, é melhor sair daqui para Boa Vista, porque não dar para se comunicar. Infelizmente é um fato. Eu gostaria que a gente pudesse aqui dizer que temos um serviço de qualidade, mas eu acho que temos que melhorar realmente essa questão da potência para o atendimento, pelo menos, de forma satisfatória, porque hoje está atendendo de forma muito precária.

Também na telefonia fixa, eu entendo que as comunidades também no interior, isso está preconizado na legislação da comunicação, que onde tiver mais de 100 habitantes a operadora responsável do local tem que acessar a telefonia para aquela população. Quando estava na gestão, solicitamos tanto da OI, quanto da EMBRATEL que fizesse a locação de um aparelho telefônico para que houvesse a comunicação nas comunidades indígenas e colônias mais distantes. Isso foi em 2007. No ano passado colocaram na localidade do Jabuti, este ano no Pium e no Alto Arraia, mas ainda tem Jacamim, Marupá, Apu, Água Boa, Taboca, enfim, outras comunidades que ainda estão sem comunicação. Isso é muito importante porque essas regiões são muito inóspitas, não têm acesso de transporte. Se ocorre algum incidente ou doença ou algo assim, pelo menos teria um canal de comunicação para que essas pessoas chamassem o socorro, e também para interagir com as atividades administrativas do município.

Então, voltando à telefonia móvel, procuramos a representação da TIM em Boa Vista, no sentido de requisitar aparelhos

e linhas telefônicas para o município. Eu passei uma semana ligando para “a”, “b”, “c”, para o alfabeto inteiro, passando de pessoas a pessoas e chegamos a conclusão de desistir porque não dava para trabalhar com aquela operadora. Então, veja bem o seguinte, a deficiência administrativa de uma operadora, porque se o cliente está buscando uma forma de poder contratar o serviço, está buscando uma forma de poder também contratar os serviços dela, você não consegue achar uma pessoa que resolva o problema. Infelizmente voltamos novamente à administração em Boa Vista e nos encaminharam a outra pessoa que também não resolveu. Fomos três vezes, e aí desistimos. Isso é realmente uma situação que é necessária. Já que tem uma representante aqui, que ela leve essas reivindicações, e ao invés deles ficarem embromando, deveriam procurar o cliente para prestar seus esclarecimentos. Aqui tem pessoas interessadas e eu tenho certeza que muitas pessoas aqui ainda gostariam de ter uma linha, mas com essa situação, estão migrando para outras operadoras. Temos uma demanda aqui na região centro do município, que envolve a Vila São Francisco, Nova Esperança, comunidades indígenas, Pium, Moscou, que tem uma demanda que daria pelo menos uns quinhentos usuários. Se tivesse alguém da operadora interessada, ali, é uma oportunidade muito boa de mercado. Hoje já tem uma demanda dessa e com o serviço prestado lá, tenho certeza que duplicaria, porque hoje a comunicação é uma ferramenta necessária para o cidadão.

Então, é necessário realmente que haja uma preocupação e que as empresas prestadoras de serviços procurem olhar com melhores olhos aos seus clientes, porque é através deles que elas sobrevivem. Agora, prestam maus serviços e querem cobrar taxas, e a gente fica ligando para um, pra outro, cai a ligação, você tem que repetir a ligação e isso é prejuízo para o usuário.

Então, era isso. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Vou inverter a pauta, pois o Deputado Ivo Som tem uma audiência em Boa Vista e vou passar a palavra a ele, pois ele é membro desta CPI.

O Senhor Deputado Ivo Som – Quero aqui saudar, em nome desta Mesa, em nome dos Deputados da Assembleia, em nome dos meus amigos Val, Rogério, saudar todos os homens aqui presentes. Em nome da Patrícia quero saudar todas as mulheres.

Senhor Presidente, quero fazer rápido aqui a minha fala. Pegando um gancho do que disse a Presidente da Câmara sobre a questão das grandes manifestações que ocorrem no Brasil afora, quero dizer que somos totalmente a favor dessas manifestações, só que desta forma também é uma manifestação. Uma audiência pública legalizada pelo Poder Legislativo Estadual, onde Vossa Excelência, com sapiência e sabedoria, vendo os prejuízos incalculáveis da sociedade, teve a iniciativa de criar a CPI. A Assembleia não está omissa, e nesse contexto vou mostrar como é que são as grandes movimentações.

No início do mês, estive em São Paulo na convenção nacional do PTM, e lá, a cada minuto, acabava o crédito do meu telefone. Vou ser bem objetivo, um telefone de cartão. Colocava 50 reais, fazia apenas duas ligações, e já caía, e aí vinha mais uma mensagem, seu crédito está esgotando. Ora, fiz três ligações, e aí vinha mais uma mensagem: disque 15 e faça uma ligação local para qualquer parte do Brasil. Da mesma forma o 041 da TIM, principalmente em Roraima, a TIM, OI, CLARO, e aqui na fronteira, que é a TIM, aqui e a DIGICEL internacional. Fui em busca dessa informação, entrei com requerimento, peguei minha assessoria, fomos lá. Ela diz que você paga no celular de cartão, mas quando você está fora do Estado e recebe a ligação, paga 4,99 pela chamada. Quando o telefone é de linha, você chega a pagar até 11,99. Resumindo, quando você viaja para fora do Estado e alguém te liga, você diz desliga que eu vou te retornar, aí não paga a ligação, mesmo estando fora. É um equívoco, Deputo Brito, muito grande e podem pegar as contas dos telefones de vocês, de linha, que vai está lá registrado quanto é. Olha, eu coloquei 50 reais de crédito, em pouco mais de 5,10 ligações, informaram que o meu crédito acabou e eu não liguei mais de cinco minutos. Consta em baixo do cartão que você pode fazer ligação em qualquer parte pagando 0,05 centavos que é a promoção da VIVO. É na Globo que passa isso. Da mesma forma a TIM, que diz que quando você liga o 041, você tem por chamada 0,25 centavos, pode falar o dia todo, e por que acaba imediatamente?

Então, isso nada mais é do que o calote na sociedade brasileira. Fiz o requerimento ao Deputado Federal Márcio Junqueira, para que solicite da EMBRATEL informações sobre os problemas da telefonia, e ele me disse que já tem audiência marcada para a próxima semana.

Então, não se deixem enganar, meus amigos. Esta manifestação

nos dar o direito de denunciar. Procurem os PROCONs estaduais e municipais, senão, o da Assembleia. Lutem pelos seus direitos através desta CPI, agora nós temos o direito de brigar e acima de tudo, há os seus direitos respeitados. Comparando as multas de São Paulo pela revista, só a OI em São Paulo, são ações judiciais de 47 milhões. No início do mês, foram pagas 130 mil reais de indenização aos consumidores. É uma diferença muito grande, é um assalto ao povo brasileiro. Então, façam as contas, porque, às vezes, vocês está pagando mais dinheiro para as empresas, do que pagando para o que você tem direito de ligar e falar, a verdade é essa.

Então, Senhor Presidente, quando comparei o valor de 4,99, cada presidente regional do PTN tinha dez minutos. Teve colegas meus, que como o assunto era tão importante, excederam quase trinta minutos, e isso eles vêm me comunicando que eles estão apoiando as CPIs no Brasil.

Analise, porque, às vezes, dizem: “Ah! Só quinze centavos, um real, é 4,99”. Coloquem isso, quando você coloca bônus, até que ponto é um bônus? Você faz poucas ligações e em seguida já vem a mensagem “coloque crédito”. E quando coloca já comeu os créditos. Agora mesmo mandei o meu filho colocar o crédito na TIM, colocou 27 reais, fiz duas ligações e já apareceu a mensagem: já está acabando o seu crédito. Eu estou em Roraima, não estou fora do Estado.

Temos que ver tudo isso e é motivo de que, começando por nós, começemos a averiguar e perceber, e, por qualquer falta de dúvida, faça como disse o rapaz que usou a tribuna, procurem os meios legais, os PROCONS, pois as empresas enquanto você não faz questão de um real, elas estão ganhando um milhão de reais as custas do povo brasileiros.

Quero agradecer e louvar a CPI, pois não tenho dúvida que vamos levar a fundo e dizer que os maiores beneficiados nisso, vai ser a sociedade. Muito obrigado, parabéns, Presidente, parabéns, Bonfim, parabéns, Roraima e viva a saúde de cada um. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – A nossa Presidente da Câmara também se inscreveu para falar com cidadã, pois tem algumas informações importantes.

Então, com a palavra a Senhora Cleudimar Brito dos Santos.

A Senhora Cleudimar Brito dos Santos – Na verdade, eu só queria tirar uma dúvida: perguntar da possibilidade de tirar a TIM daqui ou trazer outras empresas, porque conheço Mucajaí, e lá tem quatro operadoras. Como é que a gente pode fazer isso, convidar outra operadora, se depende de Deputado Federal, Senador, porque a lei do consumidor é claro, a gente tem direito à concorrência, à escolha. A gente aqui não tem escolha, é só a TIM, TIM e pronto. Então, a gente só tem que reclamar da TIM, porque só tem ela. Então, seria experimentar outra operadora para fazer a comparação com outras, para fazer comparação dos serviços.

É muito difícil lidar com a TIM. As minhas mensagens chegam no outro dia. A Prefeita passou uma mensagem para mim de assuntos importantes, e fui receber no outro dia.

Então, o problema estar sendo a permanência de sucessivos erros. Não é coisa de agora é desde quando se instalou. Então, que essa CPI trate desse assunto na maior brevidade possível, porque a gente fica aqui em Bonfim incomunicável, de uma forma, que os vereadores que moram nas comunidades, para a gente poder passar para eles uma sessão extra, a gente não consegue localizá-los porque o telefone não funciona, nem da OI e nem da TIM. A Câmara não dispõe de recursos para ir ao Taboca, Manuá, buscar o Vereador. Tudo questão de um telefone, também da internet. Hoje estamos penalizados com essa questão da internet, porque o Tribunal de Contas não entende isso, que a gente não tem internet e tudo hoje é através da internet.

Então, que essa CPI avalie também essa situação de diversificar os serviços. Como que nós, população, podemos contribuir para trazer mais empresas de telefone para cá, porque a gente poderia ter escolha? Nós hoje conhecedores dos direitos do consumidor, mas a gente está sem escolha. Era mais ou menos isso que eu gostaria de colocar. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – É a concorrência que comanda o mercado. Não havendo concorrência realmente fica complicado. Então, eu acho que a comunidade pode se mobilizar e ir atrás, mostrar o mercado que tem aqui.

Estava conversando aqui com a Prefeita e com o vice-Prefeito. Além da sede, que é a única operadora que atua fazendo a cobertura, mas existe um interior aqui que tem milhares de pessoas. Vejam a Vila de São Francisco, tem mais de 1500 moradores. É importante a presença da TIM aqui. Tem municípios no Estado de São Paulo que

têm 800 habitantes. São municípios porque fora declarados emancipados antes da alteração que teve na Constituição, que vedou a criação de novos municípios, e lá tem operadora de telefonia em municípios com 800 habitantes. Aqui na Vila São Francisco tem mais de 1500 moradores, Nova Esperança tem mais de 1000, Colina tem mais 1000. Olha o mercado que você tem aí para abrir. E outra situação: de São Francisco para Nova Esperança são em torno de 12 a 15 quilômetros. No meio tem Alta Raia, que tem 400; tem Manuá, com 1200 moradores; Vilena, mais de 1000 moradores, e podem ter certeza que a metade desses moradores tem um aparelho celular para joguinhos e outros fins. Se instalarem antenas aí, vão abrir um leque de mais 6300 moradores que estão isolados do mundo e, com certeza, serão usuários de telefonia móvel.

Bom, acabei de receber uma informação, que não são quatorze Assembleias instaladas a CPI, já são 15. A Assembleia Legislativa do Estado do Acre acabou de instalar a CPI também. Isso é uma onda e vai com certeza chegar a todos os Estados da Federação.

E agora, dando continuidade, vamos passar a palavra ao nosso vice-Presidente, Deputado Erci de Moraes. Logo a seguir, ao Deputado Brito Bezerra, que vai procurar responder junto com a gente os questionamentos que foram trazidos a esta Comissão.

Com a palavra o Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Presidente Chagas dessa CPI; Deputado Brito, integrante também; Deputado Ivo Som; Senhora Prefeita, minha amiga Lizete; Senhora Presidente da Câmara Municipal, amiga Cleudimar; Vereador Zacarias, vice-Presidente da Câmara Municipal; Doutora Marly, observadora da TIM, que aqui nos prestigia; Vice-Prefeito Jonas; meu particular amigo Romer, ex-Prefeito do Bonfim, demais autoridades presentes, meus amigos e minhas amigas. Eu queria inicialmente, dizer da minha satisfação de mais uma vez voltar a Bonfim. Tenho um xodó com esse município, e quando custo a vir, tenho que recordar. Eu vim para Roraima, não para ser político, vim para ser técnico. Exerci muitos cargos técnicos em Roraima, e há 21 anos, aproximadamente, havia aqui um governador que deixou saudosa memória, Ottomar Pinto, e, se avizinhava uma eleição municipal quando Roraima só tinha 08 municípios e até então, não queria nem chegar perto de política, quanto mais ser político. Escolheram todos os candidatos dos Municípios e a escolha do grupo do Governador continuava em terceiro lugar porque não tinha quarto, quinto e sexto nas primeiras sondagens. E ele não se conformava em perder. O falecido governador Ottomar me convocou para que eu, como Secretário de Agricultura, homem ligado a ele, caísse também na campanha. O Rhomer é a grande testemunha viva da história. Nós nos unimos, juntamos as forças e acabamos revertendo as eleições e Manoel Ricardo, que era zebra, confirmou-se como zebra e elegeu-se prefeito. E a partir daí o uso do cachimbo faz a boca torta e acabei virando Deputado e etc..

Então, isso tudo começou dessa forma em Bonfim, por isso meu xodó. Naquele tempo o Cantá era distrito de Bonfim. Se eu estou nessa atividade, devo muito a esse povo e a essa terra.

Quando a gente vai ficando velho, vai ficando contador de histórias. Eu precisaria dizer a vocês que essa nossa CPI começou a ser gestada bem antes desses movimentos que estão ocorrendo no país. A gente até podia pensar ou imaginar que, de repente, pudesse acontecer, mas o foco da nossa preocupação era o sistema de telecomunicação do país. As operadoras estão operando sim, mas gerando muita insatisfação em todos os brasileiros, porque se temos hoje 265 milhões de telefones móveis, existem mais telefones que brasileiros, consequentemente nós parlamentares, quando estamos trabalhando nesta CPI, estamos motivados porque estamos trabalhando e fazendo um trabalho coletivo, em benefício de uma comunidade, de todo país. Isso é gratificante. O que não satisfaz muito o Deputado é quando ele tem que atender o eleitor no varejo. A mim particularmente sei que esse também é o sentimento dos meus colegas. A gente gosta de realizar trabalhos em prol do coletivo, da comunidade e quem assim não o fizer, estará sujeito a esses movimentos que aí estão se formando. É aí que entra o contador de história. Eu, como sou o mais velho dos Deputados, vou virando memória viva da história. Assisti movimento de rua em 1964, até contei isso para a Marly, antes da sessão. O que aconteceu naquele tempo? Eu acho que 98% dos brasileiros eram cristãos católicos e de repente elegem um Presidente que parecia que era dois Jânio Quadros, que ficou 8 meses e renunciou, ninguém sabe dizer por que. Assumi o vice João Goulart, colocou alguns ministros, que eram de esquerda, e começaram a falar abertamente de socialismo, comunismo. Para nós cristãos católicos, o terror nosso era isso, a

palavra comunista. A população não teve dúvida, com razão ou sem razão, foi às ruas com o movimento chamado Marcha com Deus e as Forças Armadas, e entusiasmou os militares a derrubarem o governo constitucional, para salvar o país do comunismo, segundo a ótica deles naquela época.

22 anos depois, o povo queria de novo a democracia e aí veio as Diretas Já, e o povo foi atendido. A democracia saiu e elegemos o primeiro Presidente, Color de Melo, que três anos depois, se não me falha a memória, o povo entendeu que ele não estava no caminho certo, principalmente os “Caras Pintadas”. Pediram mudanças, queriam que o tirassem e o Congresso obedeceu.

Então, temos que ter muito cuidado com os movimentos sociais de agora que, na minha visão, são os mais bem organizados que eu já vi, movimentos que sabem o que querem, e que a maioria dos seus participantes pregam a paz, sem violência. Inclusive estão contendo as turbas que sempre se infiltram em qualquer manifestação, a medida que podem, às vezes, falha, mas estão fazendo esse esforço.

Então, nós precisamos acatar. Fiz até um pronunciamento na Assembleia, na terça-feira passada, e até bateram palmas para esse movimento, porque isso é nada mais que o povo exercendo a cidadania. Daí a nossa primeira audiência pública, depois que esse movimento começou a eclodir com força, e de sorte que não tínhamos abordado, mas o nosso trabalho na CPI, independentemente do movimento, nós Parlamentares entendemos que é um assunto de maior relevância porque atinge a todos os brasileiros. Por isso, como disse o Deputado Chagas, 15 Estados instalaram CPis com os mesmos propósitos, focando o nosso trabalho na defesa do consumidor, porque se a alegação é criar coisas que não temos controle, nada melhor do que buscar amparo legal, e a Constituição Federal nos dar pleno respaldo para questionar as operadoras no que diz respeito à defesa do consumidor.

Então, essa explicação a gente está dando para a sociedade. Por isso que estamos aqui com essas audiências públicas, procurando colher o máximo de subsídio. Não é um trabalho fácil para nós também. Acho que nem eu, nem os Deputados Chagas, Brito e Ivo Som entendíamos nada desse assunto. Fomos obrigados a pesquisar arduamente para poder falar, pelos menos em linguagem simples, o essencial em termos dos problemas gerados pelas comunicadoras, para abordar a população e tentar colher subsídios. O nosso propósito é um só, na defesa do consumidor, buscar trabalhar para mostrar que a ANATEL, enquanto coordenadora de todo esse processo, tem que interagir com as operadoras, uma vez que o nosso propósito é mostrar as falhas e deficiências e corrigir para que tenhamos um serviço como tem em outros países em fase de desenvolvimento, que é muito superior ao nosso, como foi falado aqui da Índia, por exemplo.

Então, era essa a contribuição que queria dar e dizer da minha satisfação de estar com os colegas aqui realizando essa audiência pública para que o povo de Bonfim possa ter um canal para expressar as suas insatisfações e com isso nos permitir colher elementos que nos ajudem a fazer uma boa CPI. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Obrigado. O Deputado Erci, nos dando uma aula da história política recente do nosso País, contribuindo sempre com os trabalhos desta CPI.

Vou passar a palavra ao Deputado Brito Bezerra para que ele explique sobre seus pensamentos e sobre a CPI e também sobre as perguntas e questionamentos que foram feitos pelos participantes.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, peço permissão para me apresentar e depois eu faço o papel de relator ad hoc desta CPI.

Inicialmente gostaria de cumprimentar a Prefeita Lizete, o vice-Prefeito Jonas Chagas; a Vereadora Cleudimar, Presidente da Câmara Municipal; o vice-Presidente, Vereador Zacarias. Cumprimentar o Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas; vice-Presidente, Deputado Erci de Moraes e o Deputado Ivo Som, que por motivos particulares teve que se ausentar, e, cumprimentar todos vocês do Município de Bonfim, das comunidades indígenas, das Vilas, enfim, cumprimentar a todos e parabenizar a Senhora Prefeita, o vice-Prefeito, os demais vereadores aqui, as comunidades que aqui estão. Em outros municípios nós não tivemos a mesma oportunidade de colocar o objeto desta CPI, de colher informações de autoridades como aqui: da Senhora, como Prefeita, do vice-Prefeito, da Presidente da Câmara. Enfim, isso é muito importante, as autoridades representativas estarem presentes aqui nesta Reunião e em outras que porventura a Assembleia Legislativa e Câmara municipal façam. A gente, por vezes, quando chegamos em alguns municípios, nos deparamos com a comunidade. E a comunidade tem seus afazeres

e seus afazeres domésticos. Enfim, eles elegem os representantes para participarem das audiências públicas e para pleitearem suas demandas. Aqui estão de parabéns as autoridades do Bonfim porque estão realmente aqui. Agradecer também toda equipe técnica da Assembleia e dizer que o objeto desta CPI, por isso acredito nela e falo com entusiasmo, não é punir ninguém. O objeto é apurar os danos aos consumidores e a partir daí pleitear das operadoras que tomem providências no sentido de trazer para os usuários a comodidade necessária, é atender o pleito, e que possamos falar ao telefone, seja móvel ou fixo, de maneira clara. O povo brasileiro é muito criativo, espirituoso, já criou um jargão para cada operadora. Estava conversando com o Jonas, a nossa representante da TIM está aqui, e para a TIM é te enganei; a CLARO é claro que fui engando. a VIVO, vivo tentando, não consigo e ainda tem a OI, oi cadê você que não dar sinal? Enfim, todos têm uma reclamação para fazer das operadoras e no nosso Estado de Roraima isso ultrapassa as barreiras da normalidade. A gente sabe que problemas existem, e enfim, no sul do Estado nós estivemos em alguns municípios e a população sofre o mesmo que a do Bonfim. E nós, como Deputados Estaduais, representantes do povo, estamos juntos com os demais Deputados Estaduais de outros Estados nesse pleito, para que possamos, a nível nacional, mudar o marco regulatório das legislações que versam sobre a telefonia móvel e fixa, enfim, trazer para o nosso povo o que eles merecem. Ouvi o pronunciamento do Senhor Francisco, que é muito politizado. Gostaria de parabenizá-lo, mas acredito que ele saiu. Ele sabe realmente dos seus direitos como consumidor. O nosso ex-Prefeito, que também falou de algo muito importante, que é um dos pleitos aqui das sugestões: uma pessoa aqui para representar essa operadora ou essas operadoras. Cada uma ter um representante aqui para falar em nome da operadora, receber as demandas e aqui receber dinheiro quando a gente compra os créditos, enfim, quando paga as faturas.

Outra é a livre iniciativa. A Presidente da Câmara falou muito bem e sabe, a livre iniciativa, concorrência legal. Nós só vamos ter boa qualidade e um preço adequado quando tiver concorrência. O mercado é isso, e nós temos que ter concorrência. Aqui tem a TIM, que é o telefone móvel e a OI, que é o fixo, e nenhum dos dois estão atendendo a contento, mas acredito que depois desta CPI isto vai acontecer.

Agora vou atuar como relator e falarmos um pouco das sugestões e das perguntas que foram feitas pelos usuários.

Fiquei um pouco curioso: Luzineia Viana, Joana e Alfredo, a pergunta é a mesma, é o mesmo sentimento.

O que impede de mudar de operadoras?

Sugestão: Que faça a mudança da operadora, que nos atenda com melhor qualidade no serviço. Enfim, eles querem concorrência porque só podem mudar de operadora se houver concorrência e querem que essas concorrências atendam melhor o cliente. São sentimentos de todo o povo do Bonfim, trazidos aqui pela Luzineia e pela Viana. Que foi também a colocação do nosso vice-prefeito, do Francisco, do Oscar, que é Secretário Municipal, que também representa a vontade do povo do Bonfim.

Aqui o Cláudio, começa também com mudança de operadora. Que faça mudança de operadora, eles querem que mude de operadora ou que essa operadora atenda a contento.

Os pedidos do sul do Estado, onde passamos, são os mesmos. Por incrível que pareça esse é o mesmo sentimento do povo, e a mesma necessidade.

A Maria Lima Barbosa: peço que reveja a densidade do sinal da antena da TIM, pois não chega nenhuma frequência adequada para atender as necessidades. Acredito, se colocar outra antena para atender ao Bairro Cidade Nova, em São Francisco vai aumentar a frequência. Aqui o vice-Prefeito falou muito bem, precisa que essas operadoras não atendam somente a sede, atenda o interior do município, as vicinais, as comunidades indígenas, as vilas, enfim, atenda todos os usuários. O ex-Prefeito falou também algo importantíssimo, é uma demanda reprimida, quem vai ganhar são as operadoras, porque se existem milhares de usuários querendo usar a telefonia, seja móvel ou fixa, e não há acesso. Eles têm recurso para pagar. Se disponibilizar a tecnologia, eles vão pagar pelos recursos. Enfim, quem vai lucrar é a empresa. Os empresários visam, é claro, o lucro, maximizam lucros, é um dos principais objetivos das empresas.

A Dáfne Campos: quais seriam as providências que vocês poderiam tomar para melhorar a nossa comunicação, tanto no celular, como no fixo? Quando chove então, ficamos sem comunicação. Quais as providências cabíveis?

É isso Dáfine, que nós como membros da CPI, queremos saber. Quando nós vamos ter uma telefonia melhor? Vamos colher essas informações em todo Estado, vamos produzir um relatório, vamos levar para o Congresso Nacional e exigir que essas operadoras nos respondam. Mas não nos responder verbalmente, é nos responder com providências, no sentido de trazer essas antenas aqui e atender a contento a todos os usuários.

O Fernando Sarmiento: se tem representante da TIM, por que sai frequentemente o sinal aqui no Bonfim? E fora quem reclama com urgência, passa até 10 dias sem linha. Enfim, eles reclamam porque não têm o sinal, e quando reclamam por que não tem o sinal e quando reclamam, passam até 10 dias sem linha?

O Vice-Prefeito reclamou, Senhor Presidente, que o telefone fixo, que é da OI, que é a operadora, através de orelhões nas vilas deveriam atender àqueles que estão nas vilas e comunidades indígenas. Os orelhões também não funcionam, dificilmente funcionam, e a questão da internet, também, que nós acreditamos que passa aqui uma rede de fibra ótica da internet da OI, e tem contrato internacional com Guiana e por acaso somos beneficiados, mas das outras operadoras não tem disponível.

Enfim, Senhor Presidente, as demandas são por concorrência. Que essas empresas, quando concorrerem, que atendam não só a sede do município, mas também as comunidades indígenas e as vilas, com uma telefonia de qualidade, tanto móvel quanto fixa, e um representante de cada uma dessas concorrentes aqui na sede para atender as demandas do consumidor.

Essas são as sugestões e as perguntas do povo do Bonfim, aqui tão bem representado pelas autoridades políticas e pelos que aqui estiveram presentes. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Quero agradecer pela excelente participação do Deputado Brito, atuando como relator, e olhando profundamente sobre os questionamentos e sugestões que forem encaminhados.

Quero dizer a essas pessoas que participaram com questionamentos, que tudo que está sendo falado, está sendo gravado e vai fazer parte do relatório dessa CPI. Tudo vai ser discutido, cada participação dos cidadãos deste Estado vai ser discutido e vamos procurar dar encaminhamento a cada um desses pontos.

É importante frisar que existe algo que se chama de marco regulatório da telefonia das comunicações. Enfim, em nosso país, muitos desses pontos aqui esbarram em algumas situações, por exemplo, hoje se a operadora de telefonia TIM cobrir 80% da sede do município, ela está dentro da legislação. Então, isso é uma questão que precisa ser rediscutida.

No tocante a internet, se você comprar 10 megas, a empresa tem obrigação de te entregar apenas 02 megas. Em 2014, serão 03 megas, e assim em escala.

Então, são questões que precisam ser discutidas com o Ministério das Comunicações, com a ANATEL, com o Congresso

Nacional e com as operadoras. Se você paga 10, tem que receber 10, e não 02, e aí vai crescendo e vai chegar no ponto até chegar num ponto em que vai entregar 10, mas então, tem que pagar só 02, e não 10.

São esses pontos que essa CPI, que hoje são 15 instaladas no País, pretendem discutir e eu tenho certeza que nós vamos buscar soluções para isso.

Na quarta-feira, os Presidentes de CPIs, do país, ou relatores, alguém que foi encaminhar, estiveram em Brasília. Todos os presidentes, de lá, foram à ANATEL e também ao Ministério das Comunicações para mostrar o trabalho que está sendo feito e que essas CPIs vão produzir resultados, todos em relatórios e que precisamos mudar isso. Precisamos ter mais investimentos das operadoras de telefonia, já que o nosso serviço de telefonia é o segundo mais caro do país. Então, tem que ter mais investimentos.

Eu acho que são pontos importantes que todos colocaram aqui e, como falei, vão fazer parte do relatório desta CPI.

Acredito, Deputados Erci, Brito Bezerra, nossa Prefeita, nosso vice-Prefeito, vereadores aqui presentes, cidadãos que participaram, que assim atingiremos os objetivos desta audiência pública. Conseguimos sentir o que vocês estão vivenciando e vamos procurar colocar isso no papel para poder levar adiante.

Antes de encerrar, vou passar às mãos da Presidente da Câmara Municipal do Bonfim um expediente. Nós estamos, não só a CPI de Roraima, mas todos os outros Estados, estamos passando aos presidentes de câmaras municipais, um ofício onde há 09 questões para serem respondidas por esse colegiado, com prazo, que vão ajudar subsidiar os trabalhos e formar a convicção dos membros da CPI com as respostas que forem encaminhadas.

Encerrando, queremos agradecer à Prefeita Lizete, com sua equipe, vice-Prefeito, à câmara dos Vereadores. Queremos agradecer também ao Juiz da Comarca do Bonfim, Doutor Aluizio Ferreira, pela cedência do auditório e a todos que participaram, de uma forma ou de outra, dando uma contribuição para a realização desta audiência.

Informo aos membros da Comissão e o público presente, que o Deputado Flamarion Portela, encontra-se ausente por motivos de saúde. Assim sendo, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado a todos.

Estiveram presentes à Audiência Pública os Senhores Deputados: Coronel Chagas, Brito Bezerra, Erci de Moraes e Ivo Som e ausente o Senhor Deputado Flamarion Portela.

Deputado Coronel Chagas
Presidente da CPI.

Deputado Erci de Moraes
Vice-Presidente da CPI

Deputado Brito Bezerra
Membro da CPI

Deputado Ivo Som

Membro da CPI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA